

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DA GUARDA  
REALIZADA NO DIA 28 DE  
FEVEREIRO DE 2022 -----**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Diana Catarina Rodrigues Monteiro, Carlos Alberto Chaves Monteiro, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Vítor Manuel dos Santos Amaral e Luís António Vaz do Couto, Vereadores.-----

**ABERTURA**

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e seis minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade.-----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todos e a todas uma vez mais, eu proponha antes de mais que, face áquilo que, infelizmente, diariamente está a acontecer, ainda hoje recebemos todos nós através da comunicação social o último Relatório das Nações Unidas, que o número de vítimas mortais não para de aumentar na Ucrânia, face a esta calamidade mundial que estamos a atravessar, e eu proponha precisamente um minuto de silêncio por tudo aquilo que está a acontecer e a essas pessoas que já padeceram perante a guerra de um Senhor Feudal que teima em querer atropelar tudo e todos, eu proponha um minuto de silêncio em homenagem a essa gente. -----

E precisamente sobre este tema, o Executivo decidiu criar o Gabinete de Crise para apoio aos Refugiados Ucrânicos.-----

O Executivo da Câmara Municipal da Guarda considera essencial a ajuda humanitária e o acolhimento das vítimas de Guerra que eclodiu na Ucrânia. As maiores vítimas que sofrem com os conflitos armados são os civis, homens, mulheres e crianças inocentes, deste modo, o Executivo da Câmara Municipal da Guarda criou um Gabinete de Crise, colaborando numa estratégia humanitária e de acolhimento dos refugiados Ucrânicos que queiram vir para Portugal em articulação com o Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social através da Senhora Ministra Ana Mendes Godinho, também, que estamos em estreita articulação. Neste momento disponibilizamos no imediato a capacidade para acolher cento e vinte e cinco pessoas com a colaboração da Movijovem através da Pousada da Juventude e da Diocese da Guarda, que prontamente nos indicou o Centro Apostólico e o Seminário da Guarda e outros espaços para alojar desde já os refugiados Ucrânicos que manifestem a sua vontade de vir para o Concelho da Guarda. No espaço de uma semana a capacidade do Concelho para alojamento pode chegar às duzentas e cinquenta pessoas, sendo que esta semana chegará já o primeiro grupo de refugiados à Guarda.-----

Estamos em estreita articulação também com o NERGA que se disponibilizou para junto das suas empresas associadas indagar a possibilidade de acolher estes refugiados como oferta de emprego no imediato ao chegarem à Guarda, tal como o Instituto Politécnico da Guarda que também se solidarizou com esta iniciativa, prontificando-se para receber estudantes universitários Ucrânicos que aqui queiram continuar os seus estudos. -----

Na área da saúde, a ULS - Unidade Local de Saúde, através da sua Administração, já nos comunicou também no diálogo que temos tido, com as suas portas abertas para prestar os cuidados de saúde necessários aos refugiados. Este Gabinete de Crise para

apoio aos Refugiados Ucrânicos, que funcionará também em conjunto com a Cáritas Diocesana da Guarda que irá organizar e canalizar toda a ajuda aos refugiados necessária. Estamos em estreita colaboração com a Comunidade Ucrânica na Guarda, para bem receber os refugiados e para agilizar a entrega na Ucrânia dos bens que nos forem solicitados pelas Organizações Humanitárias presentes no terreno, mais especificamente roupa quente e bens alimentares de primeira necessidade, para ajudar a mitigar e a ultrapassar o duro inverno e a guerra que esse povo martirizado sofre neste momento. -----

Agradecemos penhoradamente a disponibilidade de alguns comerciantes e empresários da Guarda que prontamente responderam ao nosso apelo. As Corporações de Bombeiros Voluntários da Guarda, Gonçalo e Famalicão, juntamente com a Cruz Vermelha, também disponibilizaram os seus serviços para esta causa. -----

O Governo e os Portugueses demonstraram mais uma vez a sua solidariedade e humanismo ao decidir facilitar a emissão de vistos a Cidadãos Ucrânicos que desejem procurar proteção internacional em Portugal, protegendo quem neste momento se encontra mais vulnerável. -----

Nesta hora negra para a história da Humanidade devemos expressar a nossa total e absoluta solidariedade para com o povo Ucrânico que está a ser alvo de uma agressão a todos os títulos condenável. Estamos com as nações civilizadas em que a soberania pertence ao Povo e aos seus Governos eleitos democraticamente e que se pautam pelos valores da Liberdade Democrática, Económica, Religiosa e Cultural. A Guarda é e será sempre solidária. -----

E ainda a este propósito, devo dizer que o Executivo irá marcar a sua presença na vigília de Solidariedade para com o Povo da Ucrânia que se realizará amanhã, terça-feira pelas vinte e uma horas na Praça Luís de Camões. Nesta Hora Negra para a História da Humanidade, devemos expressar a nossa total e absoluta solidariedade

para com o Povo Ucrainiano que está a ser alvo de uma agressão a todos os níveis condenável, como já referi, e naturalmente nós teremos que estar sempre com as nações civilizadas, com os governos eleitos democraticamente e onde a soberania pertence ao povo. -----

Depois, mais alguns pontos: o Clube Escape Livre apresentou nos Paços do Concelho, Guarda Racing Days e outras iniciativas. Guarda Racing Days que se irá realizar a dois e três de julho, o 12º Raid do Bucho, dezoito e vinte de março, o Classic Cars Tour de três a cinco de junho, o Off Road Caminho de Salomão de quinze a dezanove de junho, são as iniciativas com passagem ou realizadas no Concelho da Guarda que constam do Calendário de atividades do Clube Escape Livre para 2022. A grelha de atividades foi apresentada a dezasseis de fevereiro na Câmara Municipal da Guarda pelo Presidente do Clube. Na sessão foi ainda anunciada, entre outras novidades, a realização do Circuito das Beiras (Coimbra- Castelo Branco- Guarda- Coimbra), prova automóvel que remonta a 1903 e que foi uma das primeiras realizadas em Portugal. O Clube irá reativa-la já no próximo ano, por ocasião dos cento e vinte anos do Circuito e dos cinquenta anos do Escape Livre e a Câmara da Guarda vai apoiar essa realização. -----

Câmara da Guarda reúne com Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda. Eu próprio e a senhora Vereadora Diana Monteiro, reunimos recentemente com o Conselho de Administração da ULS Guarda, no sentido de agilizarmos e contribuirmos positivamente, para a melhoria dos cuidados de saúde dos Municípios da Guarda. Na reunião foram abordados vários temas como as extensões de Saúde, o estado de uma forma geral, dos serviços de diversas especialidades, a constituição do Conselho Municipal de Saúde e o futuro protocolo para participar o projeto para a recuperação do Pavilhão Rainha D.<sup>a</sup> Amélia, um dos mais nobres edifícios do Parque da Saúde, em estreita colaboração com as Autoridades Regionais e Nacionais da Saúde, para a instalação do Centro de

Investigação Nacional do Envelhecimento (CINE), ligado ao ensino, sem esquecer outras áreas de interesse e que se possam relacionar com a atividade clínica dos profissionais de saúde. Recordamos que nós queremos pautar a nossa atuação e a nossa gestão com uma atitude pró-ativa de colaboração e com o estabelecimento de parcerias com todas as instituições Locais, Regionais e Nacionais, com vista à afirmação e desenvolvimento do Concelho da Guarda. É por isso um objetivo, acompanhar e colaborar permanentemente com a ULS, transmitindo os legítimos anseios e necessidades, na área de saúde, que os nossos Municípes sentem quando utilizam os serviços da ULS. -----

Um outro tema, inaugurado o Mural pela Igualdade na Escola Básica número dois de S. Miguel. A Conselheira Municipal pela Igualdade, a senhora Vice-Presidente da Câmara da Guarda, Professora Amélia Fernandes, esteve na sessão de Inauguração deste Mural Pela Igualdade, na Escola Básica número dois de S. Miguel, do Agrupamento de Escolas da Sé. A iniciativa decorreu no dia dezassete de fevereiro e foi dinamizada pela ADM Estrela através do Projeto (Des)envolver a Igualdade, numa parceria com o Município da Guarda e com os Agrupamentos de Escolas. Tratou-se de um trabalho desenvolvido pelos alunos da escola mencionada. -----

O Executivo reuniu com as Juntas de Freguesia, no passado dia dezoito de fevereiro com vista a iniciar o processo negocial de Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias, no âmbito da Legislação em vigor. O Município da Guarda retoma o atendimento presencial nos serviços, tendo em conta a evolução do estado da Pandemia por COVID-19, e este serviço, o atendimento presencial ocorre desde a passada segunda-feira, dia vinte e um de fevereiro. No entanto, continua a ser obrigatório o uso de máscara para o acesso ou permanência nos Serviços bem como o distanciamento social, devendo os Municípes cumprir as indicações dos funcionários e a sinalética disponível no local. -----

Sobre a manutenção do Parque Arbóreo da cidade, está a decorrer nas últimas semanas uma ação para a manutenção do Parque Arbóreo da cidade da Guarda. O Município da Guarda está a proceder à poda de arejamento das árvores em algumas zonas que foram já intervencionadas, como sendo a zona envolvente do edifício dos Paços do Concelho, a Av. Infante D. Henrique, a Av. Rainha D. Amélia, o Largo Frei Pedro da Guarda, o Largo Monsenhor Joaquim Alves Brás, entre outros. Depois, a Reunião da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Regionais das Beiras e Serra da Estrela que decorreu no passado dia vinte e um de fevereiro, aqui na Sala António Almeida Santos, que foi, portanto, a primeira reunião desta Comissão Sub-Regional, que tem por objetivo fazer a gestão integrada de fogos rurais que têm como missão a execução da estratégia de gestão integrada dos fogos rurais e articulação dos programas de gestão do fogo e de proteção das comunidades contra incêndios, assim como programas conexos de entidades públicas e privadas e o respetivo planeamento à sua escala. A ação parte do Decreto-Lei n.º 82/2021, que veio estabelecer o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental, definindo também os seus níveis territoriais de desenvolvimento e as suas regras de funcionamento. -----

Entre outros assuntos a Ordem de Trabalhos nesta reunião prendeu-se com a apresentação dos membros ao nível deliberativo; aprovação do regimento de funcionamento da Comissão das Beiras e Serra da Estrela e a eleição do secretário da Comissão, bem como a designação de outras entidades a convidar pela Comissão, a Governança, o Planeamento e a Programação do Sistema de Gestão dos Fogos Rurais. -----

Por último, três guardenses galardoados nos Prémios Beira Interior Gourmet. Houve três restaurantes premiados do Concelho da Guarda na entrega de prémios do 2º Concurso de Gastronomia e Vinhos da região - Beira Interior Gourmet, da Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior, que decorreu a vinte e um de fevereiro no

Teatro Municipal da Guarda. Os guardenses premiados receberam as seguintes distinções: Restaurante a Colmeia - Melhor Serviço de Vinhos; Restaurante Nobre Vinhos e Tal - Melhor Carta de Vinhos; Restaurante Soadro do Zêzere em Valhelhas - Melhor Harmonização Vinho e Comida. Com participantes de todo o Território Nacional, foram sessenta e quatro os restaurantes que aderiram a esta iniciativa que visa promover, não só os vinhos da Beira Interior, mas também a gastronomia e toda a região. Recordamos que o Município da Guarda integra a Rota dos Vinhos da Beira Interior e é a cidade sede da Comissão Vitivinícola da Região. -----

### **DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO**

- Tolerância de Ponto/Dia de Carnaval “Despacho n.º 23 PCM/2022.” -----
- Conta Final da Empreitada “Beneficiação e Conservação de Vias - Execução de Muros de Suporte e Drenagens Pluviais.” -----
- Conta Final da Empreitada “Conclusão das Infraestruturas de Loteamento da Urbanização Encosta do Sol – Torrão.” -----
- Conta Final da Empreitada “Deslocalização de Coletores de Águas Pluviais e Águas Residuais Domésticas na Estrada entre as Piscinas Municipais e o PIG.” ----
- Conta Final da Empreitada “Limpeza e Remoção de Entulho Existente em Conjunto de Três Edifícios no Centro Histórico da Guarda.” -----
- Auto de Receção Provisória Parcial da Empreitada “Reabilitação do Largo Frei Pedro e Envolvente, Rua do Encontro, Rua Alves Roçadas e Rua Camilo Castelo Branco – 1ª Fase.” -----
- Auto de Suspensão de Trabalhos da Empreitada “Reabilitação da Rua Virgílio Ferreira e Zona Envolvente.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto. -----  
Depois já, ... temos a acta, já falaremos... só, já agora só para não quebrar o ponto, depois já falaremos da acta. Faça favor.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu, era só mesmo para colocar uma questão ao Executivo que tem a ver com as podas. A poda é um momento especial para as árvores e para o crescimento das árvores, em que ela exige muito do solo e da água, como não tem chovido, a mim parece-me que seria adequado que a pessoa que, enfim, superintende as questões técnicas na Câmara da Guarda visse, se as árvores precisam ou não precisam de água, precisam ou não precisam de rega, para não secarem, porque a poda vai puxar muito por ela. Eu tenho visto as podas, parecem-me podas muito bem-feitas, mas de facto tenho, não tem chovido, e, portanto, parece-me que as árvores são capazes de estar a precisar de alguma coisa. É só mesmo esta...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Chefe de Divisão, eu não sou nenhum especialista nem de podas nem de regas, mas, pode ser pertinente, temos que actuar, se calhar mais numas do que noutras, mas já agora se nos quiser dar a sua explicação, ...” -----

- **Filipa Tadeu, Chefe de Divisão:** “Os Serviços, sobre esta matéria têm estado atentos à situação daí também não haver cortes muito fortes para elas próprias, quando for na altura do rebentamento não puxar demasiado pela árvore para não termos esse problema, digamos da seca total da árvore. Estamos atentas à situação, realmente estamos mais numa da poda de arejamento e de eliminação de alguns ramos secos já existentes nas mesmas.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, muito bem. Senhores vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “(...) Boa tarde a todos, relativamente a uma das questões que o Senhor Presidente e o Executivo colocaram, penso que é a segunda vez que há uma reunião com a ULS, para discutir também, entre vários assuntos, aquele que acabou de referir, do aproveitamento de um Pavilhão para a instalação lá do Centro de Envelhecimento, e a minha questão é muito concreta, relativamente a este assunto, qual é o nível de compromisso? Que conclusões saíram dessa reunião? Ou falamos do Projecto? OK, agora fica a saber, mas de uma reunião para a outra de

certeza que há um grau de compromisso que, se afirma como, propulsor daquilo que são os desígnios que o Executivo se propõe, e concretamente estas duas questões, gostaria de ouvir o Senhor Presidente, que conclusões e, também qual é o nível de compromisso de ambas as partes que já foi assumido neste momento. -----

Depois uma outra questão que, entendo fazê-lo em jeito de apelo. O Senhor Presidente na última Reunião de Câmara já se referiu, portanto, ao facto de não realizar um conjunto de eventos este ano, evidentemente a Guarda não percebeu, nem o Grupo aqui do Executivo do PSD, também entende que uma das justificações sejam, efectivamente, o tempo da COVID e já vimos hoje aqui também o Senhor Presidente referir-se aqui a outros temas onde o atendimento presencial na Câmara resulta exactamente desta disponibilidade e desta flexibilização das medidas de protecção ao COVID que, têm acontecido, diga-se, por todo o País, por todas as regiões. E na verdade o primeiro argumento que apresentou para não realizar, portanto, a FIT é exactamente a situação pandémica. Nós sabemos que de facto é um alinhamento do movimento político que representa, tivemos na Assembleia Municipal, em que de facto o discurso anacrónico é uma evidência, porque tivemos um Deputado do Grupo que sustenta este Executivo que diz exactamente que em plena Pandemia não se compreende como é que se suspendeu uma Assembleia Municipal Extraordinária para discutir o futuro da Guarda, em plena Pandemia. Mas agora também não se entende, porque é que estando num período mais facilitador ao nível daquilo que tem sido a evolução da Pandemia, em que, por todo o País, existe exactamente um conjunto de medidas, e o Governo assim o determinou, de desconfinar, o País, as Instituições aquilo que são um conjunto de acções que o Cidadão, as Instituições e o Governo e aqui a Câmara em particular também, devem promover, na sua acção política, social e económica, e, desde logo, porque o Senhor também pertenceu dos oito anos transatos a seis anos e meio deles, e sabe bem aquilo que custou erguer a Guarda para uma visão e uma perspectiva de dinâmica

económica, de autoestima e se houve muito tempo e foi uma luta árdua para que estas marcas pudessem afirmar-se no Território, parece-nos a nós, que com esta decisão, está efectivamente a contribuir para a Guarda, ao contrário de outros territórios que já demonstram a resiliência, que demonstram a energia, e demonstram a esperança, era um sinal de esperança também às populações, para além de entendermos que é um factor relevante para um período pós pandemia que é este que vai acontecer, se não for antes, em Abril deste ano, definitivamente, estou crente, preparar uma FIT que em dois mil e catorze, recordamos bem que chegamos ao poder em dois mil e treze em outubro e em dois mil e catorze, em junho, em maio, já estávamos a realizar a Feira Ibérica de Turismo. Estes nove meses é uma criação do Senhor Presidente, porque sabemos bem que não é esse o tempo necessário, mas ainda que fosse, ainda que fosse, damos de barato, também sabemos, efectivamente, que, quando fomos confrontados há dois anos com a pandemia, nós não cancelamos, cancelamos a FIT em maio, mas olhe que a apresentamos, quisemos fazê-la em outubro, e portanto, não há aqui datas, não há aqui, como o Senhor Presidente referiu a não ser, pronto, a incoerência com aquilo que é a defesa do seu Grupo Parlamentar, na verdade ainda continua fixada no passado, em que, efectivamente, aquelas Assembleias Municipais era para realizar em plena pandemia, mas agora, deixe lá esse discurso assumir a capitalidade, a Guarda como um Território de esperança, dinâmica, efectivamente realizar a Feira Ibérica de Turismo em Setembro, em Outubro, porque ela bem vem a tempo, as populações desejam, efectivamente, que seja dado um sinal de esperança, de resiliência, de dinâmica económica e social, e portanto, penso que ficaria muito bem a este Executivo que neste momento pós pandemia, pudéssemos oferecer à Guarda uma das marcas que foi fundamentais, uma conquista essencial daquilo que foi assumido nos últimos oito anos, e portanto, a pandemia já não é motivo para não se realizar este grande projecto que a Guarda assumiu como próprio, um projecto de desenvolvimento da Região, e portanto, também a questão do prazo, nós sabemos

que podendo adiar para outubro ou aquela que o Executivo entender, ainda no ano de 2022, seria uma grande conquista para a Guarda, e um dizer de facto que vencemos a pandemia é uma, um argumento e um pressuposto de raciocínio que o Partido Social Democrata e os membros que o apoiam, querem que aconteça, aliás, o Partido Socialista, deixe que lhe diga, também estará convicto de que seria uma boa solução porque ouvimos também na Assembleia Municipal, a Senhora Deputada do Partido Socialista, a dizer efectivamente, mas porquê cancelarem? E sabemos que o Partido Socialista foi durante anos contra estes eventos, hoje reconhece-o, só o Senhor Presidente e o seu Executivo, depois de tanto trabalho que isto custou à Guarda, no ano de dois mil e vinte e dois, e no momento de flexibilização destas medidas, não realizar este evento é de facto ter uma visão pouco dinâmica, também atrofiada no tempo e que não reflete a realidade do momento. Era isso, obrigado.” -

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. No que diz respeito à reunião com a Administração da ULS, nós encetamos ou iniciamos um processo de franco diálogo com a Administração Local de Saúde, aliás foi a primeira reunião deste mandato, oficial, a nível oficial, foi mesmo a primeira reunião a nível oficial, debatemos várias matérias, onde fizemos o ponto de situação conforme já referimos, das extensões de saúde, agora já neste período de pós pandemia, analisamos a sua reabertura, analisamos o estado de saúde do seu ponto de vista geral, nós não somos nenhuns especialistas na, digamos, nas especialidades, mas abordamos essa matéria, função dos relatos que nos vão fazendo. Falamos sobre o Concelho Municipal da Saúde, que nós estamos a trabalhar para a sua criação, porque aí passa a ser efectivamente , tal como foi uma das nossas bandeiras Eleitorais deste Executivo, do Movimento pela Guarda, que honrosamente ganhou a Câmara da Guarda, as eleições para a Câmara da Guarda, foi isso que os Guardenses quiseram dizer, bem como falamos também sobre um Protocolo que nós podemos levar a efeito, estabelecer com a Administração da ULS tendo em vista a elaboração do projecto para o Centro de Investigação

Nacional do Envelhecimento. E foi isto que foi falado de uma forma geral, a Administração naturalmente ficou muito agradada com esta possível parceria, ficaram de apresentar um documento e a certa altura, depois nós iremos discutir aqui esse documento para, é uma alavanca fundamental, fundamental, para que depois se possam, se possa fazer o caminho dos fundos comunitários. Seja pelo 2030, seja pelo PRR, mas o Processo tem que ser iniciado e naturalmente estamos muito atentos, estamos todos muito atentos, este Executivo, a Administração da ULS, e é esse trabalho que nós queremos fazer, porque se a certa altura, nós também dissemos olhos nos olhos, se a certa altura, nós virmos que o trabalho não está a ser bem feito, nós fá-lo-emos, mas em primeiro lugar sempre a via do diálogo, é assim que nós achamos que devem ser conduzidas estas reuniões. -----

No que diz respeito à FIT, ao Carnaval, na Assembleia Municipal já se falou muito sobre isso e não vou perder tempo, toda a gente ouviu, está gravado e em acta, portanto, não vou perder tempo com mais explicações. As explicações já foram dadas e bem dadas, muitas frases feitas se podem dizer, muitos velhos do Restelo se podem ouvir, bom, mas também é facto, viram só o que vinha no Jornal “Expresso” desta semana? É que cerca de noventa por cento, para não dizer mais, das cidades do País que tinham desfiles Carnavalescos, cancelaram-nos, adiaram-nos para o próximo ano, exactamente pelas mesmas razões que nós o fizemos, exactamente pelas mesmas razões. E estamos a falar de grandes Cidades do País, com grande tradição Carnavalesca, umas duma forma, outras da outra, aliás, e o mesmo é, ouvirmos alguns relatos das Feiras da Região que têm falta de expositores e de público, é isto que está, que aconteceu em alguns locais da Região. Estamos naturalmente, estamos todos preocupados e queremos todos a retoma, mas tal como referi, na Assembleia Municipal, se Deus quiser, para o ano cá estaremos com muito mais força e com muito mais pujança para podermos levar a Guarda a bom tempo, a Guarda a bom

porto, perdão, sem velhos do Restelo, sem frases feitas, a trabalhar pelos Guardenses.” -----

### **ORDEM DO DIA**

#### **Ponto 1 - Cedência do Antigo Edifício Escolar da EB1 de Vila Garcia à Freguesia de Vila Garcia - Aprovação da Minuta do Contrato de Comodato. -**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Senhora Vereadora Diana Monteiro, do seguinte teor: -----

“Proposta VDM n.º 33/2022

(Mandato 2021-2025)

#### **Considerando que: -----**

- O Município da Guarda é proprietário e legítimo possuidor do prédio urbano designado por antigo edifício escolar da EB1 de Vila Garcia, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º P658 da freguesia de Vila Garcia e não descrito na Conservatória do Registo Predial. A área total do terreno é de 1.134m<sup>2</sup>, e a área de implantação do prédio é de 175m<sup>2</sup>, o qual integra o domínio privado desta autarquia;

- A freguesia de Vila Garcia vem solicitar a cedência da escola dessa freguesia para aí instalar a sua sede, uma vez que a atual se encontra num primeiro andar com vários degraus, dificultando o acesso e a mobilidade; -----

- O referido edifício escolar se encontra devoluto e sem qualquer atividade há vários anos, o que contribui para a sua degradação; -----

- O Município da Guarda, pretende colocar o prédio à disposição da população da freguesia de Vila Garcia, de modo a que possa usufruir integralmente desse espaço, que outrora foi escola primária. -----

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, se digne remeter a presente proposta à próxima reunião da Executiva Municipal para que delibere: -----*

*A cedência do antigo edifício escolar da EBI de Vila Garcia à freguesia de Vila Garcia e aprovação da Minuta do Contrato de Comodato, que se anexa, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.” ----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto um, Senhor Vereador Luís Couto, a cedência do Edifício à Junta de Vila Garcia.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “(...)-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “(...)” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor. -----*

**Ponto 2 - Modificação ao Contrato de Comodato Celebrado Entre o Município da Guarda e a Associação Cultural Social e Recreativa da Sequeira - Autorização Para a Realização de Obras de Demolição e Construção no Antigo Edifício Escolar da Sequeira. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 95 /2022

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que: -----**

- O Município da Guarda é legítimo proprietário do antigo edifício escolar, sito na Rua da Treija, na Sequeira, que cedeu por um período de 50 (cinquenta) anos e um dia, à Associação Cultural, Social e Recreativa da Sequeira, com o NIPC 506 520

927, em regime de comodato, conforme deliberação do Órgão Executivo de 16 de janeiro de 2012; -----

- A Associação Cultural, Social e Recreativa, apresentou nesta autarquia um projeto para realização de obras de demolição e construção no imóvel cedido pelo Município, que em termos técnicos está em análise;-----

- A mencionada associação, pretende submeter uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais e Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, para a construção de um edifício de proteção a idosos, pelo que vem solicitar uma modificação ao Contrato de Comodato assinado em 16 de janeiro de 2012, em virtude de existirem cláusulas que podem inviabilizar a aprovação da candidatura. -

***Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:*** -----

***1. Aprovar a modificação ao Contrato de comodato celebrado entre o Município da Guarda e a Associação Cultural, Social e Recreativa da Sequeira, em 12 de janeiro de 2012, que se anexa; , ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugado com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação;***-----

***2. Autorizar a realização de obras de demolição e construção do edifício da antiga escola da Sequeira, de acordo com a planta que se anexa;***-----

***3. Delegar no Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para proceder à outorga da modificação ao Contrato de Comodato.”***-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto dois, a modificação deste Contrato de Comodato da Associação da Sequeira, Senhores Vereadores.” -----

***A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.*** -----

**Ponto 3 - Atribuição de Apoio ao Centro Cultural "Os Serranos" U.S.A..** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 92/2022

(Mandato 2021-2025)

**Considerando:** -----

Que cabe aos Municípios a promoção e valorização do Território, através do incentivo e dinamização de eventos culturais, sociais e desportivos;-----

A natureza e os objetivos do Centro Cultural “Os Serranos”, associação cultural e recreativa que visa promover e divulgar a cultura, as potencialidades e as tradições do território da Serra da Estrela nos Estados Unidos da América; -----

Que decorrerá entre 24 a 28 de março de 2022, em Newark (E.U.A.), as comemorações do 37.º aniversário deste Centro Cultural, tendo o Município da Guarda sido convidado a estar presente;-----

Que o apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) está devidamente cabimentado na rubrica 0102/040701 com a GOP 1.1.1.-2022/5009 – Apoio a Associações Culturais, Desportivas e Juvenis. -----

**Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:** -----

**- A atribuição do apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) ao Centro Cultural “Os Serranos” U.S.A.”, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3.º, conjugado com os artigos n.º 32.º e n.º 1 alínea o) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.”** -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto três, Atribuição de Apoio ao Centro Cultural “Os Serranos”, Senhor Vereador.” -----

**A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.** -----

**Ponto 4 - Campanha de Apoio à Hotelaria e Restauração "1056 Noites Altas" -**

**Ratificação do Prolongamento do Prazo.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Senhora Vereadora Diana Monteiro,  
do seguinte teor: -----

“Proposta VDM n.º 32/2022

(2021-2025)

**Considerando,** -----

Que o Município da Guarda promoveu em 2021 uma campanha de apoio à hotelaria e restauração denominada “1056 Noites Altas”, na sequência da aprovação da proposta nº 525/2021, aprovada em Reunião de Câmara de 7 de junho de 2021 (vide proposta e normas em anexo); -----

Que a proposta contemplava um apoio global de 60.560,00€, relativos à oferta aos turistas de 1056 noites de alojamento, num valor estimado de 50.000,00€, bem como 10.560,00€ em vouchers de restauração, verba devidamente cabimentada na rubrica 0102020216 GOP 2.4.2.2021/5037. -----

Que de acordo com o regulamento, a campanha seria de 1 de julho a 30 de setembro, sendo o prazo prorrogável por iguais períodos, num limite máximo de 9 meses, tendo sido dada autorização verbal pelo anterior Executivo - conforme consta da informação técnica com o registo nº 1376 - para o prolongamento da campanha até 31 de dezembro 2021, tendo sido advertidas as unidades turísticas aderentes para tal;

-----  
Uma vez que não foi submetida a reunião de Executivo a prorrogação da campanha conforme previsto no nº 2 do artigo 5º das Normas, tendo, contudo, as unidades turísticas dado continuidade à referida campanha; -----

***Nesta conformidade,*** -----

***Havendo necessidade de regularizar a situação dos apoios em falta para com as unidades turísticas, propõe-se o prolongamento do prazo da campanha “1056***

*Noites Altas”, estando a despesa no valor de 1.000,00€ devidamente cabimentada na rubrica 0102020216 GOP 2.4.2.2022/5049. -----*

*Atento o supra exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para deliberação, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais conjugado com o artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo, a ratificação do prolongamento do prazo da Campanha de Apoio à Hotelaria e Restauração “1056 Noites Altas” até 31 de dezembro de 2021.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto quatro, Campanha de Apoio à Hotelaria e à Restauração Senhor Vereador.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “(...)-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “(...)” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor. -----*

**Ponto 5 - Aquisição de Equipamento de Proteção Individual - Retificação das Peças do Procedimento. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência, do seguinte teor:

“Proposta VPCM N.º 21 /2022

(2021-2025)

**Considerando que: -----**

A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 14 de fevereiro de 2022 deliberou autorizar a despesa e o procedimento de concurso público com vista à celebração de um contrato para a “Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual”, nos termos do artigo 36º e 38º do CPP. Deliberou ainda aprovar as peças do procedimento em cumprimento do n.º 2 do artigo 40º do referido diploma. -----

No momento de preparação do procedimento para lançamento do concurso no mercado, deu-se conta que as peças do procedimento continham algumas desconformidades, sendo necessário proceder à sua retificação. -----

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor ao Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal se digne submeter à reunião do Executivo para que este delibere: -----*

*Retificar a decisão de aprovação das peças procedimentais ao abrigo do n.º 174 do CPA, aprovando as novas peças procedimentais nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”*

-----  
Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto cinco, Aquisição de Equipamento, Rectificação das Peças do Procedimento, Senhor Vereador Luís Couto”. -----

Ponto cinco, ponto cinco, a Rectificação das Peças procedimentais deste Concurso”.

-----  
- **Luís Couto, Vereador:** “(...)-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “(...)” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor. -----*

**Ponto 6 - Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal**

**- Deliberação de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM nº 93/2022

(Mandato 2021 – 2025)

**Considerando que, -----**

1 – Foi deliberado em reunião do Executivo Municipal, de 10 de janeiro de 2022, proceder à abertura do procedimento;-----

2 – Da análise da proposta submetida verifica-se que o valor apresentado é superior ao valor base, pelo que, de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70º do CCP é excluída; -----

3 – Nos termos do n.º 1 do artigo 80º do Código dos Contratos Públicos, a decisão de não adjudicação prevista no artigo 79º determina a revogação da decisão de contratar;-----

4 – Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão de não adjudicação;-----

5 – A Câmara Municipal é o órgão competente para a decisão de contratar nos termos do n.º 1 do artigo 36º do CCP, e desde logo o órgão competente para revogar essa mesma decisão.-----

*Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----*

*– Não adjudicar o concurso público denominado por “Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal”, em cumprimento do estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 79º do CCP;-----*

*- Revogar a decisão de contratar conforme determinado pelo n.º 1 do artigo 80º do CCP.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto n.º 6, Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre, deliberação de não Adjudicação e Revogar a Decisão de Contratar”.

-----  
Este é aquele problema que nós estamos todos na Região, que temos os Autarcas na Região e no País todos muito preocupados com a volatilização do mercado energético e, portanto, estamos todos à procura de melhores soluções para que consigamos fazer esta contratação no mais baixo preço possível, e aliás, o ponto a seguir vem já por um determinado período de tempo, mas o próximo provavelmente

vai ser forçosamente uma contratação colectiva para aumentarmos a escala dos serviços. -----

Senhores Vereadores, sobre o Ponto 6” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.* -----

**Ponto 7 - Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal**

**- Autorização da Despesa - Aprovação das Peças e Abertura do Procedimento.**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM nº 94/2022

(Mandato 2021 – 2025)

**Considerando que:** -----

1 – Na sequência dos procedimentos realizados para fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, todos os concorrentes foram excluídos, ou não foi possível a adjudicação, pelo motivo da instabilidade do mercado da eletricidade, nos últimos meses, estar muito instável, estando os preços a aumentar constantemente;-----

2 -Estando a ser fornecidos pelo fornecedor que venceu o último concurso, fora do prazo do mesmo, torna-se necessário iniciar novo processo de aquisição de eletricidade, de forma urgente, sugerindo-se o recurso ao acordo de quadro da Municipia (“Connect”);-----

2 – Tendo em conta os preços avançados pela “Municipia”, estima-se que os custos (fornecimento para seis meses) para as instalações em “Média Tensão” sejam cerca de €399.449,23+IVA e para as instalações fornecidas em “Baixa Tensão Especial” seja de €191.216,07+IVA. Por sua vez, para as instalações fornecidas em “Baixa Tensão Normal” (edifícios e infraestruturas municipais), os valores estimados são de €251.600,70+IVA e de €1.071.545,16+IVA para a iluminação pública. -----

*Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:* -----

*1 – Decidir autorizar a despesa, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;*-----

*2 - Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;* -----

*3 – A abertura do procedimento de formação do contrato através de um acordo quadro da “Municipia”, nos termos do disposto no n.º 253º do Código dos Contratos Públicos.”*-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto, sobre o Ponto sete, também? “ -----

- **Luís Couto, Vereador:** “(...)-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Os Senhores Vereadores, sobre o ponto sete?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “(…)” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito Bem.” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.* -----

**Ponto 8 - Aquisição de Serviços de Limpeza nos Diversos Edifícios do Município da Guarda - Ratificação da Decisão de Adjudicação.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 89 /2022

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que:** -----

Em catorze de fevereiro de 2022, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos.

-----  
No âmbito da audiência prévia, não foi apresentada por parte dos concorrentes nenhuma reclamação. -----

*Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----  
Ratificar, nos termos do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a decisão tomada por despacho no dia 18 de fevereiro de 2022, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no nºs 4 e 5 do artigo 164º do CPA, da aprovação nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, de todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação da “Aquisição de serviços de limpeza nos diversos edifícios do Município da Guarda” à empresa Limparoma, Lda, no valor de 481.524,00€ (quatrocentos e oitenta e um mil quinhentos e vinte e quatro euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de 2 anos.-----*

*Aprovação da Minuta do Contrato, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto oito, Eu não gosto muito de fazer isto, não gosto mesmo nada de fazer isto, que foi a adjudicação deste concurso da limpeza, mas prendia-se com o *timing* da mudança de empresa que termina precisamente hoje, e eu ousei, porque tínhamos o Relatório final do Júri do Procedimento Concursal, e eu ousei, digamos, avançar com a adjudicação, naturalmente e rectificarem aqui aquilo que vos é aqui pedido, uma vez que tínhamos o Relatório Final do Júri, sem qualquer reclamação, portanto foi desta forma que nós agimos. Senhor Vereador Luís Couto.”

-----  
**- Luís Couto, Vereador:** “(...)-----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores.”-----

**- Carlos Monteiro, Vereador:** “(...)” -----

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Muito Bem.” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor. -----*

**Ponto 9 - Manutenção e Conservação de Jardins e Espaços Verdes no Município da Guarda - Decisão de Adjudicação.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 90 /2022

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que:** -----

Em dezasseis de fevereiro de 2022, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de Análise de Propostas, nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos. -----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:**-----

• *Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do concurso publico “Manutenção e Conservação de jardins e Espaços Verdes no Município da Guarda” à Empresa José Luis Coutinho de Sousa Unipessoal, Lda. O lote 1 no valor de 263.141,17€ (duzentos e sessenta e três mil cento, quarenta e um euros e dezassete cêntimos), o lote 2 no valor de 301.090,93€ (trezentos e um mil, noventa euros e dezassete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor com um prazo de execução de 2 anos. ----*

• *Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”*-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto nove, manutenção dos Jardins Decisão de Adjudicação, Senhores Vereadores.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “(...)”-----

- Carlos Monteiro, Vereador: “(...)” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor.* -----

**Ponto 10 - Requalificação de Infraestruturas Hidráulicas nos Aglomerados Rurais na Freguesia da Guarda - Aprovação do Novo Plano de Trabalhos e Prorrogação de Prazo.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“PCM n.º 91/ 2022

(Mandato 2021-2025)

**Considerando que,** -----

1 – A empreitada de obra pública, adjudicada à empresa “**António Saraiva & Filhos, Lda – Requalificação de Infraestruturas Hidráulicas nos Aglomerados Rurais na Freguesia da Guarda**”, por 104 211,00 € (cento e quatro mil e duzentos e onze euros) com o prazo de execução de 90 dias inicialmente previsto e objeto de contrato foi ultrapassado; -----

2 – Os constrangimentos impostos pelas medidas preconizadas pelo combate à pandemia Covid-19, e os efeitos que a mesma provocou desde que esta teve início, causaram transtornos no planeamento e desenvolvimento normal dos trabalhos da empreitada “**Requalificação de Infraestruturas Hidráulicas nos Aglomerados Rurais na Freguesia da Guarda**”, levando à necessidade de se proceder a alguns ajustes na empreitada; -----

3 – A tendência atual do mercado é de forte subida dos preços dos materiais de construção e conseqüente roturas de stocks; -----

4 – Devido ao agravamento da situação pandémica (COVID-19), esta provocou a diminuição de trabalhadores, causando um atraso generalizado dos trabalhos por falta de mão de obra e atraso no fornecimento de materiais, torna-se necessário o prolongamento do prazo para execução das obras; -----

5 – Existe necessidade de compatibilizar esta empreitada com outra a decorrer ao mesmo tempo no Município da Guarda; -----

5 – A empresa vem solicitar a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos no prazo de 90 dias, fixando o **términus da obra no dia 27 de abril de 2022**, que se anexa e faz parte integrante desta proposta; -----

6 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

*Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----*

*– Aprovar o novo plano de trabalhos proposto pelo empreiteiro e conceder a prorrogação de prazo de 90 dias, fixando o **términus da obra no dia 27 de abril de 2022, por uma única vez, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.**”-----*

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto dez, Requalificação de Infraestruturas Hidráulicas nos Aglomerados Rurais, novo Plano de trabalhos e Prorrogação de prazo, Senhor Vereador Luís Couto.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “(...)-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito Bem.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “(...)” -----

*A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, com sete votos a favor. -----*

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu proponho que, se concordarem, fazemos a aprovação das deliberações em minuta.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Na acta, eu tinha aqui...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Peço desculpa, muito bem, peço desculpa, ... na acta, sobre a última acta, alguma consideração Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Não.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu só tinha aqui uma alteração, na proposta oitenta e cinco que fique a constar “o que eu refuto de forma veemente”, porque não está, “refuto veemente”, ou fica, “refuto veementemente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, da mesma forma eu peço que, interaja com os Serviços e, portanto, depois vão fazer a audição naquele ponto, e o que tiver que se corrigir, corrigir-se-á.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo fica essa nota sim, ou fica forma, é a concordância da frase, mais nada.” -----

### **ENCERRAMENTO**

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram três horas e trinta e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Octávio Lúcio Morgado dos Santos Duarte, Técnico Superior, que a subscrevi. -----